

Desembargador que mandou prender Duran é pai de sócio de Moro

Autor da ordem de prisão preventiva do advogado Rodrigo Tacla Duran, o desembargador Marcelo Malucelli, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (PR, SC e RS), é pai do advogado João Eduardo Malucelli, sócio do ex-juiz Sergio Moro em um escritório de advocacia. [Duran acusa Moro de uma tentativa de extorsão](#) para que não fosse preso durante a finada "lava jato".

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Sergio Moro é acusado de extorquir advogado Tacla Duran
Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Ex-advogado da Odebrecht, Tacla Duran mora na Espanha. Ele tem depoimento marcado para esta sexta-feira (14/4) ao juiz Eduardo Appio, da 13ª Vara Federal de Curitiba. No entanto, na terça (11/4), Marcelo Malucelli decretou a prisão preventiva de Tacla Duran.

O desembargador é pai de João Eduardo Malucelli, que integra a banca Wolff & Moro Sociedade de Advogados, do casal Sergio e Rosangela Moro, segundo informa o colunista Lauro Jardim, do jornal *O Globo*.

A assessoria do casal informa que eles estão "afastados das atividades do escritório desde o início do mandato parlamentar (em fevereiro), permanecendo no quadro social somente como associados". Sergio Moro é senador (União Brasil-PR) e Rosangela, deputada federal (União Brasil-SP).

Em depoimento prestado no fim de março, Tacla Duran afirmou que foi alvo de uma tentativa de extorsão para que não fosse preso durante a "lava jato" e implicou Sergio Moro e o ex-procurador Deltan Dallagnol, hoje deputado federal, no suposto crime. Ele entregou fotos e vídeos que comprometeriam os parlamentares.

A declaração foi dada ao juiz Eduardo Appio. Como a acusação envolve parlamentares, o magistrado decidiu enviar o caso ao Supremo Tribunal Federal, corte competente para julgar autoridades com prerrogativa de foro. O ministro Ricardo Lewandowski [entendeu](#) que a investigação deveria correr no STF e [suspendeu](#) duas ações penais contra o advogado.



Appio também determinou que Tacla Duran fosse colocado no programa de proteção a testemunhas.

Depois da decretação da prisão preventiva de Tacla Duran, Appio pediu que Marcelo Malucelli esclareça se o mandado de prisão será expedido pela 13ª Vara Federal de Curitiba ou pela 8ª Turma do TRF-4.

O juiz também disse que pedirá que o ministro da Justiça, Flávio Dino, adote medidas para "evitar a coação ou intimidação" de Tacla Duran.

"Este juízo federal não admitirá qualquer forma, direta ou indireta, de coação da testemunha no curso do processo, independente de sua origem, na medida em que não se compactua com qualquer forma de intimidação ou pressão para que a testemunha silencie", afirmou o juiz.

"A pessoa (*Tacla Duran*) contra a qual se destina a prisão preventiva decretada na tarde de ontem (11/4) goza de protocolo de condição de testemunha protegida e deve ser ouvida, na presença deste magistrado que ora subscreve (...), até o final desta semana", acrescentou Appio.

Acusações contra lavajatistas

Tacla Duran [afirmou](#) que foi alvo da "lava jato" por não ter aceitado ser extorquido. "O que estava acontecendo era um *bullying* processual, em que me fizeram ser processado pelo mesmo fato em cinco países por uma simples questão de vingança."

Tacla Duran foi preso preventivamente na "lava jato", em 2016. Seis meses antes, ele tinha sido procurado pelo advogado Carlos Zucolotto Júnior, que era sócio de Rosângela Moro.

Em conversa pelo aplicativo Wickr Me, Zucolotto teria oferecido acordo de colaboração premiada, que seria fechado com a concordância de "DD" (iniciais de Deltan Dallagnol). Em troca, queria US\$ 5 milhões. Zucolotto teria dito que os pagamentos deveriam ser feitos "por fora".

Um dia depois, segundo Tacla Duran, seu advogado no caso recebeu uma minuta do acordo em papel timbrado do Ministério Público Federal, com os nomes dos procuradores envolvidos e as condições negociadas com Zucolotto.

Em 14 de julho de 2016, Tacla Duran fez transferência bancária para o escritório de um outro advogado, no valor de US\$ 613 mil, o equivalente hoje a R\$ 3,2 milhões. A transferência era a primeira parcela do pagamento pela delação. "Paguei para não ser preso", disse o advogado em entrevista a Jamil Chade, do *UOL*.

Porém, depois ele deixou de fazer os pagamentos, e Sergio Moro decretou sua prisão preventiva. Contudo, o advogado já estava fora do Brasil. Ele acabaria preso em Madri.

No último dia 26, o *influencer* Thiago dos Reis divulgou o documento de transferência bancária para a conta do segundo advogado, que foi parceiro de Rosângela Moro em ações da Federação da Apae no Paraná e também na defesa da família Simão, um caso que ficou conhecido como "máfia das falências".

Em nota lançada após o depoimento, a assessoria de Sergio Moro afirmou que o senador é alvo de



"calúnias" e que o político não teme "qualquer investigação".

"Trata-se de uma pessoa que, após inicialmente negar, confessou depois lavar profissionalmente dinheiro para a Odebrecht e teve a prisão preventiva decretada na Lava Jato. Desde 2017 faz acusações falsas, sem qualquer prova, salvo as que ele mesmo fabricou. Tenta desde 2020 fazer delação premiada junto à Procuradoria-Geral da República, sem sucesso, por ausência de provas, o procedimento na PGR foi arquivado em 9/6/22", disse o ex-juiz.

Dallagnol afirmou que o juiz Eduardo Fernando Appio "acreditou" em um acusado que "tentou enganar autoridades da Lava Jato".

"Adivinha quem acreditou num dos acusados que mais tentou enganar autoridades na Lava Jato? Ele mesmo, o juiz lulista e midiático Eduardo Appio, que nem disfarça a tentativa de retaliar contra quem, ao contrário dele, lutou contra a corrupção", afirmou em seu perfil no Twitter.

Date Created

13/04/2023